

HABEAS CORPUS Nº 553.524 - SP (2019/0381546-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : SERGIO APARECIDO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : SERGIO APARECIDO DA SILVA - SP341961
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON DOS SANTOS ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** impetrado em favor de ANDERSON DOS SANTOS ROCHA, contra r. **decisum** proferido pelo em. desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, do delito de tráfico de drogas.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar.

É o breve relatório.

Decido.

Pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, é descabido o instrumento heróico, sob pena de ensejar supressão de instância.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC 103570, 1ª Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC 121828, 1ª Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC 123549 AgR, 2ª Turma**, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

Da mesma forma, nesta eg. Corte: **AgRg no HC 285.647/CE, 5ª Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 25/8/2014; **AgRg no HC 296.890/SP, 5ª Turma**, Rel. Min. **Moura Ribeiro**, DJe de 12/8/2014; **AgRg no HC**

295.913/SP, **6ª Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 5/8/2014; **PET no HC 294.721/PR**, **6ª Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 24/6/2014.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (**Súmula nº 691/STF**).

No caso dos autos, **no entanto**, é de se afastar a incidência do enunciado sumular, ante a ocorrência de flagrante ilegalidade.

Vislumbro, na espécie, a presença dos **requisitos autorizadores** da concessão da medida liminar, a saber, **fumus boni iuris** (plausibilidade do direito alegado) e **periculum in mora** (iminência de constrangimento ilegal na liberdade ambulatorial).

No caso em tela, **não houve a devida fundamentação** apta a justificar, em princípio, a manutenção da segregação cautelar, porquanto a segregação foi decretada tão somente porque decretada tão somente porque *"A própria gravidade do crime de tráfico traz ínsita a necessidade da manutenção da prisão cautelar para garantia da ordem pública. Vale lembrar que o tráfico envolve pessoas que disseminam um vício nefasto, movidas pela cobiça e pelo enriquecimento ilícito. Embora ocioso, rememore-se que o tráfico sempre traz conseqüências deletérias para a sociedade, forjando viciados e ensejando inversão de valores, senão fortalecendo e encorajando a prática de outros crimes para o sustento do vício. Vide que está descrito nos autos, que os policiais militares que atenderam a ocorrência estavam em patrulhamento pela Rua Ivan Formozinho Ribeiro, defronte ao numerai 500, nesta cidade, perto de uma pracinha, local que já consta com "denúncias" de tráfico. Em dado momento viram que um rapaz saía de um pasto e se dirigia para tal praça e, ao notar a viatura, demonstrou nervosismo. Este foi abordado e identificado como sendo Anderson Dos Santos Rocha. Com o mesmo foi encontrada uma porção de cocaína, pesando 5,8g (cinco gramas e oito decigramas), a qual este*

disse ser sua e para seu uso. O canil compareceu no local e encontrou de onde o autuado havia saído, um potinho contendo 17 (dezessete) saquinhos contendo 50,4g (cinquenta gramas e quatro decigramas) de maconha e um tijolinho da mesma droga, pesando 2 lOg (duzentos e dez gramas). Indagado, o autuado confessou que as drogas lhe pertenciam e que havia comprado de "um cara" em uma chácara por R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e estava vendendo cada porção por R\$ 20,00 (vinte reais). Afirmou que não sabia o nome da pessoa que lhe vendeu a maconha, só dizendo que era em uma chácara perto do bairro Ana Jacinta. Quanto a cocaína, comprou 5g (cinco gramas) da mesma pessoa, tendo pago por ela R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a qual também confessou a traficância. Não colhe, neste momento processual, a tese de desclassificação para o tipo do artigo 28 da Lei de Drogas, pois a quantidade, forma e local as quais foram encontradas são incompatíveis com apenas o uso. A negativa de autoria e a tese do tráfico privilegiado também necessita de provas a ser produzida no juízo natural. Assim, presentes as elementares do tipo penal em face do indiciado necessário a custódia cautelar para assegurar a aplicação da lei penal, pois, se condenado poderá guardar regime fechado no cumprimento da pena privativa de liberdade, bem assim evitar a reiteração criminosa e garantia da ordem pública. Embora seja primário, envolveu-se em crime que, por suas circunstâncias (quantidade de droga, diversidade e confissão), denota dedicar-se à atividade criminosa, o que, em tese, afasta a aplicação do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06. Assim por todo o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, ambos do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de ANDERSON DOS SANTOS ROCHA, em preventiva" (fl. 54-55).

A gravidade abstrata do delito, **neste juízo perfunctório**, não autoriza a manutenção da prisão cautelar imposta. **Nesse sentido: RHC 48.068/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE, DJe de 15/09/2014; RHC 41.579/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 02/09/2014; etc.**

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, **concedo a liminar** a fim de que o paciente aguarde o julgamento do presente **writ** em liberdade, **salvo se por outro motivo estiver preso**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator